Entrevista com Dr. Jean Freire, Deputado Estadual – MG

06/04/2023

Você foi eleito líder da minoria, representando o grupo de oposição formado por 20 parlamentares de duas federações e cinco siglas partidárias. Quais são os principais desafios desta representação?

Nós formamos um grupo muito diverso e muito combativo, o que é muito positivo, mas que também traz grandes responsabilidades. Não acredito que seja, na verdade, um desafio, mas uma dessas grandes responsabilidades é aglutinar toda essa diversidade em pontos comuns, como a defesa dos mais pobres e o combate às propostas de desmonte das políticas públicas por parte do governo Zema. Eu sempre digo que não somos daqueles que pensam que "quanto pior, melhor". Nosso objetivo não é fazer oposição por fazer, simplesmente. Mas, sim, fazer uma oposição responsável e, sobretudo, alinhada aos interesses da população, que é o mais importante.

Foto: Divulgação Facebook

O governo Zema apresenta uma pauta neoliberal, com retirada de direitos, privatizações, além da intenção de ingressar no Regime de Recuperação Fiscal. Como enfrentar essa política de retrocessos diante da anunciada maioria que o governo alega ter na ALMG?

Eu acredito que os principais caminhos para barrar qualquer tipo de retrocesso, de medida que vai prejudicar a vida do povo, são o diálogo e a participação popular. Nós precisamos garantir que as pessoas participem das discussões acerca das políticas que vão impactar diretamente suas vidas. É o que estamos tentando fazer, por exemplo, com o Projeto de Lei nº 358, de 2022, que trata da Reforma Administrativa proposta pelo governador Romeu Zema. É uma proposta que foi construída sem levar em conta a participação das pessoas. Então, nós estamos fazendo o movimento de garantir, por meio de audiências públicas, o diálogo com as categorias a fim de entender o impacto sobre a vida da população.

O governo Lula inaugura um novo período para o povo brasileiro. Em pouco mais de 60 dias, foram anunciados recursos e investimentos para áreas estratégicas à vida da população. Quais as principais repercussões destas medidas para Minas Gerais?

Antes de tudo, é uma alegria imensa poder dizer que, agora, temos um presidente de verdade e que Minas Gerais e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri tiveram grande participação nisso, ajudando a eleger nosso presidente Lula. Em pouco tempo, o governo Lula já retomou programas que haviam sido desmantelados por Bolsonaro, como o Mais Médicos, que, ao meu ver, favorece as regiões mais remotas, como os Vales, garantindo que a população tenha acesso ao atendimento médico. A destinação de recursos para realização de cirurgias eletivas também é algo que traz impactos muito positivos para nós. Atualmente, mais de 160 mil pessoas aguardam para realizar cirurgias eletivas em Minas Gerais. Até o ano passado, cerca de 1 milhão de pessoas em Minas encontravam-se em situação de extrema pobreza, então o novo Bolsa Família vem para auxiliar na redução desse número e promover melhora na qualidade de vida dessas pessoas.

O presidente Lula defende um governo de União e Reconstrução do País. O governador Zema, apoiador de Bolsonaro, não está atuando na contramão desta diretriz nacional? Saberá priorizar os interesses do povo mineiro acima das suas pretensões políticas?

Zema não priorizou os interesses do povo mineiro em seu primeiro mandato e duvidamos muito de que isso aconteça agora. O que nós precisamos e vamos trabalhar pra conseguir fazer é impedir ou pelo menos diminuir as chances de que os interesses da população mineira sejam negligenciados. Nós sabemos dos esforços do Governo Federal para desfazer todo o retrocesso que foi praticado no país nos últimos 4 anos e, enquanto base de apoio do presidente Lula, vamos fazer o possível para fortalecer este trabalho. Os deputados e deputadas do Bloco Democracia e Luta, de oposição ao governo Zema, já estiveram em Brasília este ano levando as demandas do nosso estado para a equipe do presidente Lula e nosso objetivo é fortalecer, cada dia mais, esse diálogo.

O governo Bolsonaro foi um desastre em dois temas que você tem forte atuação: saúde e meio ambiente. Quase 700 mil mortes por Covid-19 enquanto 27 milhões de doses de vacina venceram e outras 20 milhões de doses estão prestes a vencer. No tema ambiental, Minas Gerais sofreu diretamente com o desastre em Brumadinho, apenas quatro anos depois do desastre de Mariana. Quais os grandes desafios das políticas públicas nestas duas áreas?

Os 4 anos de Bolsonaro frente ao governo federal deixaram verdadeiras feridas em nosso país. O que aconteceu durante a pandemia foi um crime contra o povo brasileiro e ele deveria responder criminalmente por isso. Enquanto nossos profissionais estavam lutando – e, em muitos casos, morrendo – na linha de frente do combate à Covid-19, ele ria das pessoas e lavava as mãos para o caos que estava instaurado. Aqui em Minas não foi muito diferente. O governador Zema, que tem se mostrado um “discípulo” de Bolsonaro e do bolsonarismo no estado, dizia, no início da pandemia, que o vírus tinha que viajar. Um verdadeiro absurdo. Eu acredito que o principal desafio, neste sentido, é conseguir romper com o negacionismo e priorizar as demandas dos servidores da Saúde, reconhecendo o trabalho que já prestam para o nosso estado e criando melhores condições.

Quanto à mineração, Mariana e Brumadinho estão entre as maiores tragédias ocorridas no Brasil. Só que a gente não chama de tragédia, mas, sim, de crime. O que aconteceu aqui, em 2015 e em 2019, foram crimes em que os responsáveis não foram devidamente punidos. Em 2016, foi feito um acordo em relação ao crime de Mariana, que fracassou por não ter uma participação efetiva das atingidas e dos atingidos. O mesmo aconteceu em Brumadinho. As pessoas que foram indenizadas, receberam valores irrisórios. Agora, estamos discutindo a repactuação do acordo de Mariana para corrigir esse erro.

Mas o maior desafio é regulamentar a atividade minerária aqui em Minas e diversificar as atividades econômicas dos municípios, a fim de que deixem de ser reféns da mineração. Está contida, no Projeto de Lei da Reforma Administrativa, a proposta de criação de uma Diretoria de Mineração, da qual nós ainda não sabemos qual é o objetivo. O que se pretende com esse espaço? Isso não está claro. Então, nós precisaremos nos manter muito firmes, atentos e nos debruçar muito sobre essa questão para impedir que crimes como o de Mariana e de Brumadinho não se repitam.

Redação Democracia Socialista

Compartilhe nas redes: